

DIÁRIO DA CARAVANA DO PISO DA ENFERMAGEM



BAHIA



FALA SECRETÁRIA

Encontramos pelo Brasil que a gestão tende a celebrar diferentes formas contratuais com as(os) trabalhadoras(es) para operacionalizar o SUS. A Bahia também apresenta esse padrão, o que gera confusão sobre quem tem direito à assistência financeira complementar da União e os deveres de cada ente. A Caravana do Piso da Enfermagem é o compromisso do Ministério da Saúde e da ministra Nísia Trindade com o aperfeiçoamento desse processo, contando com a contribuição todas e todos que estão envolvidos na temática.



Encontro com trabalhadoras(es) na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia



Reunião Ordinária do Cosems/BA e balcão de atendimento individualizado na União dos Municípios da Bahia



Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite e balcão de atendimento individualizado na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

CARAVANA EM MOMENTOS

PRINCIPAIS PERGUNTAS

Quem tem direito à assistência financeira complementar da União?

Como será feito o ajuste de dados de maio a agosto?

Quando sairá o repasse do retroativo?

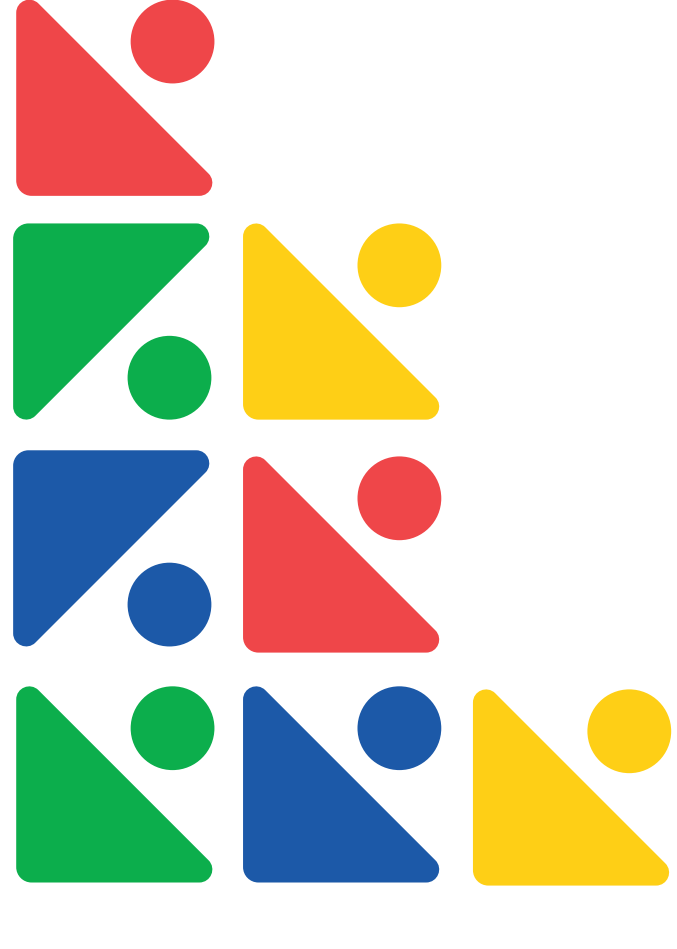


IMPLEMENTAÇÃO DO PISO

DIVERSIDADE DE MODELOS DE GESTÃO É DESTAQUE NA BAHIA

Foram dois dias (21 e 22/2) de intensa discussão em Salvador (BA) sobre as especificidades relacionadas à implementação do Piso Nacional da Enfermagem nos territórios, que possuem modelos de gestão diversos e, consequentemente, diferentes tipos de vínculos nos 417 municípios. Representantes das(os) trabalhadoras(es) da enfermagem e gestoras(es) baianas(os) tiveram a oportunidade de apresentar as dificuldades e receber orientações da equipe da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) por meio das reuniões e do balcão de atendimento individualizado durante a passagem da Caravana. Para a secretária Isabela Pinto, esse é um desafio importante para a gestão do trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) e para a implementação do Piso na Bahia.

“O Piso é direito da categoria e possui responsabilidade interfederativa e tripartite, ou seja, gestoras(es) federais, estaduais e municipais são encarregadas(os) pela implementação”, afirmou o diretor do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS/SGTES/MS), Bruno Guimarães. Para o diretor, esse problema não é de hoje, já que a inserção da pauta do trabalho em colegiados do SUS não aparece e surge apenas quando está vinculada a orçamento e recursos. “O que foi trazido de dificuldades aqui não foi o Piso da Enfermagem, mas sim a operacionalização dele considerando as diversas modalidades de gestão, alternativas à gestão direta do Estado”, analisou.



O responsável pela pauta no DEGERTS/SGTES/MS, Fábio Maia, que respondeu diversas perguntas durante os dois dias, concordou que um dos principais desafios para a implementação do Piso no estado é, de fato, a diversidade de modelos de gestão. “Tivemos a oportunidade de demonstrar como deve ser feita a solicitação da revisão de dados, levando em conta os inúmeros tipos de vínculos de trabalhadoras(es) dos entes federados e contratualizados”, constatou.